

Perfil de Participantes das oficinas para captação de interesse do eixo cultural político do Zoneamento Ecológico-Econômico Fase II do Estado do Acre

Oliver J. Henman¹

1. Introdução

Esse trabalho se insere na avaliação da segunda fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, ZEE Fase II, do Estado do Acre 2002-2006, para definir os atores que integraram o ciclo de Oficinas Participativas do processo decisório do eixo Cultural Político ZEE Fase II. O presente estudo apresenta o processo de Zoneamento como exemplo de democracia participativa do Estado do Acre. A primeira parte descreve a teoria da participação de atores da sociedade civil diretamente na democracia através dos principais autores desse tema e demonstra o desenvolvimento dos processos participativos no Zoneamento das Fases I e II, até as Oficinas Participativas. A segunda parte visa agrupar as organizações presentes nas oficinas e analisar o perfil dos principais grupos, para melhor entender as ligações entre tais grupos e as principais reivindicações e demandas do processo.

O ZEE emergiu dentro do processo de democracia participativa que vem se manifestando de várias formas por todo o Brasil, desde a redemocratização, tanto em termos de conselhos temáticos ou setoriais, ex. Saúde, quanto em formas municipais de planejamento e priorização de investimentos, como o Orçamento Participativo ou o Plano Diretor Participativo.

2. ZEE como forma de Democracia Participativa

2.1 Democracia representativa ou democracia participativa?

É importante, portanto definir o conceito de democracia participativa. Existem várias definições da democracia: cuja maioria é focalizada nos mecanismos **representativos** clássicos da democracia ocidental, como o funcionamento de partidos políticos, as eleições para legisladores e votações de legislação; mas existe também uma outra percepção da

¹ Oxford University.

democracia que ver a necessidade da **participação direta** da população em projetos de governo como fundamental para o funcionamento da democracia.

O conceito da democracia direta e participativa tem como fundamento o pensamento de Aristóteles e Platão, na visão da *polis* de Atenas. Nesse contexto original da democracia as decisões de governo eram tomadas em reuniões abertas a todos os cidadãos na praça pública, conhecida como *agora*. Essa perspectiva da democracia é vista em contraste com formas de governança elitistas que a seguiram, como a aristocracia medieval e a democracia representativa clientelista.

Segundo Carole Pateman, autora reconhecida em estudos democráticos, a base da democracia é a participação, ela constatava já nos anos 1970 que,

*“the theory of representative government is not the whole of democratic theory as much recent work would suggest”*²

‘a teoria de governo representativo não é a totalidade da teoria democrática, como muitos autores recentes sugerem’

Ela continua,

*“participation has far wider functions and is central to the establishment and maintenance of a democratic polity, the latter being regarded not just as a set of national representative institutions but what I shall call a participatory society.”*³

‘a participação tem funções muito mais abrangentes e ocupa uma posição central no estabelecimento e manutenção de um sistema democrático, já que o sistema é visto não somente como uma serie de instituições representativas nacionais, mas o que vou definir como uma sociedade participativa’

A Carole Pateman mostra como a democracia moderna perdeu a visão participativa, estabelecida já no século dezoito na idéia da Vontade Geral ‘*Volonté Générale*’ do filósofo da democracia, o francês Jean-Jacques Rousseau no seu Contrato Social⁴. O argumento dela é que deveria haver um reconhecimento da importância do elemento participativo na

² Pateman C Participation and Democratic Theory Cambridge University Press, 1970 pp 20-21

³ Pateman C Participation and Democratic Theory Cambridge University Press, 1970 p 21

⁴ Rousseau, Jean-Jacques Du Contrat Social Paris, Gallimard, 1964 (1st ed.1762)

democracia. Uma das razões principais para essa valorização de modelos participativos é o efeito positivo no pensamento e comportamento dos participantes.

Ela diz que existe,

*“a continuing interrelationship between the working of institutions and the psychological qualities and attitudes of individuals interacting within them”*⁵

‘uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades psicológicas e atitudes dos indivíduos que agem dentro das tais instituições’

Um sistema que conta com a participação ativa tem como objetivo desenvolver:

*“responsible, individual social and political action”*⁶

‘ação política e social responsável do indivíduo’

Dessa forma a própria participação numa reunião ou oficina faz parte da educação ou conscientização ampla do cidadão como ator político, para entender o seu papel e as possibilidades de atuação para mudança de sua realidade. Essa visão inclui um forte elemento de empoderamento que pode ser ligado ao termo *Empowered Participatory Governance* (EPG), Governança Empoderada e Participativa, de Archon Fung & Eric Olin Wright de seu livro ‘Deepening Democracy – Institutional innovations in empowered participatory governance’⁷. Segundo esses autores contemporâneos, os cidadãos deveriam ser tratados não somente como *‘reasonable equals’* ‘iguais razoáveis’, mas também seriam os próprios cidadãos que deliberariam diretamente em fóruns participativos para decidir o uso de certos bens comuns.

Essa noção do empoderamento é particularmente importante no Brasil porque oferece a possibilidade de reverter o impacto da exclusão do processo decisório, vivenciado por muitos segmentos da população no período de 20 anos de ditadura militar. Como, por

⁵ Pateman C Participation and Democratic Theory Cambridge University Press, 1970 p 22

⁶ idem p 24

⁷ Fung A. & Wright E. O., London: Verso, 2003

exemplo, no Acre, a experiência de muitas comunidades rurais que perderam seu direito de terra e outros direitos fundamentais.

2.2 Mecanismos participativos e o ZEE

No Brasil desde a redemocratização houve muitas inovações com a democracia em termos participativos. O mais conhecido destes processos é o Orçamento Participativo que já foi implementado em mais de 100 municípios e já virou um mecanismo multipartidário, dentro desses exemplos talvez o mais conhecido seria de Porto Alegre RS, aonde funciona desde 1989. Muitos estudos profundos já existem a seu respeito por autores respeitados como Rebecca Abers⁸, Gianpaolo Baiocchi⁹ e Leonardo Avritzer¹⁰. Outro exemplo mais recente foi desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores uma vez no poder no nível federal, com a criação de uma diretriz do Ministério das Cidades que exige que todos os municípios “com mais de 20 mil habitantes ou situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas” devem ter um Plano Diretor Participativo.

Como o Orçamento Participativo e o Plano Diretor Participativo, o processo do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre constitui uma forma inovadora de criar mecanismos participativos de governo.

Esse processo é inovador por duas razões principais: a) a sua atuação é estadual e não somente municipal como os demais exemplos, b) a sua metodologia é marcada por uma evolução até a Fase II, que conta com um processo mais complexo e detalhado para captar o interesse e as prioridades dos participantes.

2.3 ZEE Fase I

O ZEE Fase II foi desenvolvido em cima da experiência da Fase I do ZEE do Estado do Acre (1999-2000) e faz parte dum contínuo processo de avaliação dentro dos padrões da

⁸ Inventing local democracy: Grassroots politics in Brazil Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000

⁹ ‘Participation, Activism and Politics: The Porto Alegre Experiment’ in Fung & Wright Deepening Democracy – Institutional innovations in empowered participatory governance London: Verso, 2003

¹⁰ Democracy and the Public Space in Latin America NJ: Princeton, 2002,

- ‘Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte’

In Dagnino, E. (org.) Sociedade civil e espaços públicos no Brasil Sao Paulo: Paz e Terra, 2002

democracia participativa. Então nesse ponto seria útil considerar o funcionamento da Fase I do ZEE e as mudanças que foram efetuadas para a Fase II.

Na Fase I as áreas de atuação foram divididas em duas partes: Recursos Naturais, com estudos de geologia, biodiversidade e outras características geográficas; e Aspectos Socioeconômicos e Ocupação Territorial envolvendo uma visão histórica do Acre, tendências de uso de recursos naturais e diversos indicadores socioeconômicos.

Essa primeira fase foi focalizada principalmente no levantamento de informações e uma avaliação técnica da situação do Estado do Acre para definir as propostas para investimento sustentável futuro, mas mesmo nessa primeira fase o ZEE já se destacou como um projeto inovador em termos de participação social

Segundo o artigo ‘O Espaço Urbano e as relações de Poder no Zoneamento Ecológico – Econômico do Estado do Acre’¹¹ a experiência de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre se diferenciou do processo de zoneamento em outros estados justamente pela “participação da sociedade”¹² mesmo na Fase I, quando esse elemento participativo foi realizado através da Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE).

Como citado acima, o principal mecanismo de encontrar uma visão participativa no ZEE Fase I foi através da Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico, a CEZEE. Essa Comissão conta com a participação de grupos setoriais nas suas Câmaras Temáticas, por exemplo: a Câmara de Trabalhadores que inclui a Central Única de Trabalhadores, o Conselho Nacional de Seringueiros e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre; ou a Câmara Indígena composta pela União das Nações Indígenas, Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira e a Organização dos Povos Indígenas do Juruá. As câmaras temáticas tiveram uma série de reuniões com a equipe do ZEE para “coletar informações, receber sugestões e apresentar de forma sintética os resultados preliminar e final da fase I do ZEE”¹³ As reuniões foram realizadas em duas formas, a) por

¹¹ ‘O Espaço Urbano e as relações de Poder no Zoneamento Ecológico – Econômico do Estado do Acre’, Wladimir Sena Araújo e Magaly Medeiros

¹² ‘O Espaço Urbano e as relações de Poder no Zoneamento Ecológico – Econômico do Estado do Acre’, Wladimir Sena Araújo e Magaly Medeiros p.5

¹³ ‘O Espaço Urbano e as relações de Poder no Zoneamento Ecológico – Econômico do Estado do Acre’, Wladimir Sena Araújo e Magaly Medeiros pp.8

Câmara Temática de forma setorizada, b) por Assembléia aonde todas as diferentes demandas dos vários setores foram ouvidos e debatidos.

Alem da CEZEE, o conceito do Zoneamento Ecológico-Economico foi apresentado à população para avaliar prioridades através de varias outras assembléias e reuniões que caracterizaram todo um processo de fóruns participativos realizados durante a primeira gestão do governo de Jorge Viana (1999-2002). São os seguintes espaços de participação que foram utilizados para suplementar a visão do ZEE Fase I: a) o Orçamento Participativo, realizado em todos os 22 municipios do Acre; b) os Fóruns do Programa de Elaboração de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLIS), um projeto que também foi realizado em todos os municípios; e c) entrevistas em 10 municipios do estado para a coleta de avaliações de prioridades de cidadãos. Foram também consultados e incluídos dados de estudos existentes de governo como o Levantamento das Potencialidades Econômicas e Vantagens Competitivas e os Planos Municipais

Em linhas gerais o processo da Fase I podia ser caracterizado por: i) um formato *setorial*, já que a maioria das reuniões foi definida seguindo parâmetros temáticos; ii) um conteúdo *técnico*, a maioria dos participantes já trabalhavam profissionalmente na área em questão; iii) um teor *consultivo* e não especificamente deliberativo, os participantes não definem a política final, apenas oferecem sugestões.

2.4 ZEE Fase II

O ZEE Fase II (2002-2006) foi construída a partir da experiência anterior da Fase I, e contou com uma grande expansão nas possibilidades de participação popular. A estrutura do processo foi mais sistemática com quatro tipos de reuniões, e as metodologias internas de participação no processo decisório foram muito mais complexas. Outra expansão na Fase II foi a adição de um terceiro eixo, o Cultural Político, além dos eixos temáticos referentes a Recursos Naturais, Aspectos Socioeconômicos e Ocupação Territorial. Portanto foi dentro do novo eixo Cultural Político que se desenvolveu maior participação nas decisões e prioridades, através das oficinas participativas a serem discutidas a seguir.

Os tipos de reuniões realizados na Fase II:

- a CEZEE, essa Comissão continuou a agir como coordenador do processo, foi o órgão que recebeu a avaliação de resultados da Fase I e aprovou o plano de trabalho e metodologia da Fase II.
- Reuniões Técnicas, tiveram como objetivo definir os critérios do Zoneamento, temas a serem levantados e metodologia a ser adotada para avaliar o nível de prioridade nas oficinas.
- Oficinas Regionais, essas reuniões aconteceram no começo da Fase II para captar interesse de representantes. Foram divididas em 5 regionais geográficas e por tema dentro de cada eixo, por exemplo, na área Socioeconômica ou Indígena, e ofereceram um espaço para discussão de temas prioritários por *representantes especialistas* de cada região seguinte: Baixo Acre, Alto Acre, Purus, Tarauacá/Envira, Juruá
- Oficinas Participativas, foram formadas dentro do novo eixo Cultural Político e foram efetuadas em todos os municípios do Estado do Acre durante o período de agosto 2005 – março 2006. Essas oficinas contaram com a maior inovação pelo fato que incluíram não somente representantes de organizações de governo e não governamentais de cada município, mas também a participação de pessoas representadas por esses grupos. A intenção era de incluir um ‘espelho’ da comunidade para cada tipo de grupo, e dessa forma ter uma participação direta da população na definição de prioridades. Esse processo foi

desenvolvido dentro do eixo Cultural Político mas também contou com captação de interesse de questões de outros eixos, como principalmente o uso de Recursos Naturais, por exemplo uso de recursos hídricos.

2.5 Metodologia das Oficinas Participativas

As Oficinas do eixo Cultural Político tiveram uma metodologia inovadora e mais complexa do que qualquer outra área para conseguir captar as prioridades e principais interesses da população de uma forma detalhada e quantificada. Tendo em vista a experiência do Orçamento Participativo em todos os municípios, resolveu-se realizar Oficinas com uma metodologia de grupos específicos, em vez de criar assembleias ou grandes fóruns abertos a toda população. Essa visão se baseia na constatação de que os fóruns abertos do Orçamento Participativo tinham a tendência de gerar muitas propostas sem fundamento no planejamento e expectativas demasiadas altas. A intenção seria com grupos mais específicos gerar dados concretos que podem ser efetuados dentro do plano de governo.

- Grupo focal

O Grupo Focal¹⁴ oferece uma metodologia de caráter participativa que tem como proposta a possibilidade de definir propostas dos grupos sobre determinadas questões ou interesses. Esses grupos são formados em cada município, divididos em dois tipos: a) *Representantes* de órgãos de governo e organizações relevantes em cada município, como secretários de governo ou presidentes de associações b) *Representados* pelas organizações que estão presentes, por exemplo, funcionários públicos não gerentes ou membros gerais de organizações. Dessa forma gera um debate coerente para pessoas que já tem um interesse definido. Entre os grupos que foram convidados, aqueles que compareceram na oficina foram considerados como os interessados. O encontro segue através de uma discussão semi-estruturada com focos definidos, que trata de um conjunto de temas definidos pela CEZEE. Os grupos recebem as questões propostas e passam a debater para definir sua opinião de solução sobre determinadas temáticas. O formato de Grupo Focal permite um

¹⁴ Araújo, Wladimir Sena. Plano de Trabalho do Eixo Cultural – Político, maio 2005

debate aberto entre vários atores, mas ao mesmo tempo já é formado de pessoas com um nível de engajamento alto da varias áreas.

- ZOPP

O método ZOPP (*Zielorientierte Projektplanung*) foi definido no final da década de 70 pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ - *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - GmbH*) com o objetivo de proporcionar o envolvimento dos agentes sociais participantes em projetos de desenvolvimento. A sua preocupação é de criar processos lógicos com transparência e objetividade para definir uma análise de problemas e planejamento de soluções. Esse processo foi utilizado pelo ZEE Fase II para formar uma base do desenvolvimento de uma Oficina estruturada com objetivos lógicos em varias fases: 1- pré-planejamento baseado em diagnóstico da equipe de facilitadores 2- elaboração de estrutura de forma lógica, 3- técnicas participativas de trabalho em grupo com base em definição de propostas de soluções e uso de cartilhas escritas e afixadas em quadras grandes por meio de apostilhas de papel.

- Hierarquização de prioridades

Foi definido que a avaliação final das Oficinas seria através de uma hierarquização dos problemas debatidos. Esse processo foi baseado no conceito de Indicadores de Sustentabilidade e Sistema de Interesses ¹⁵ (ISSI), que oferece a possibilidade de criar um índice de importância de cada problema debatido nas Oficinas. Porém o processo de hierarquização foi modificado para o ZEE com uma simplificação dos valores para facilitar a transferência das prioridades para um mapa do estado. Nesse caso para efetuar a hierarquização foram utilizados somente três níveis de importância: Alto, Médio e Baixo. A grande vantagem desse formato é a possibilidade de transformar uma visão *qualitativa* em um valor *quantificado* que pode ser mapeado como valores absolutos.

¹⁵ Araújo, Wladimir Sena. Plano de Trabalho do Eixo Cultural – Político, maio 2005.

3. Perfil de participantes das Oficinas Participativas do Eixo Cultural Político

Dentro do modelo participativo descrito acima foram realizadas as Oficinas Participativas do eixo Cultural Político. Nesse ponto passamos para a avaliação do perfil dos vários grupos de sociedade civil presentes nas Oficinas Participativas. O aspecto de identidade e concordância de interesses de movimentos e sociedade civil deve ser visto com relação às principais demandas do processo. A Fase II proporciona uma grande inovação, que é a inclusão de representados da população como ‘espelho’ de cada grupo de representantes. Assim é possível mapear maior número dos atores, e o efeito que possa ter na escolha de prioridades. Os principais temas a serem discutidos são:

1. Quais são os participantes - definição por categoria de representantes de sociedade civil organizada e espelhos de representados.
2. O impacto de participação de cada categoria.

3.1 Categorias de participantes

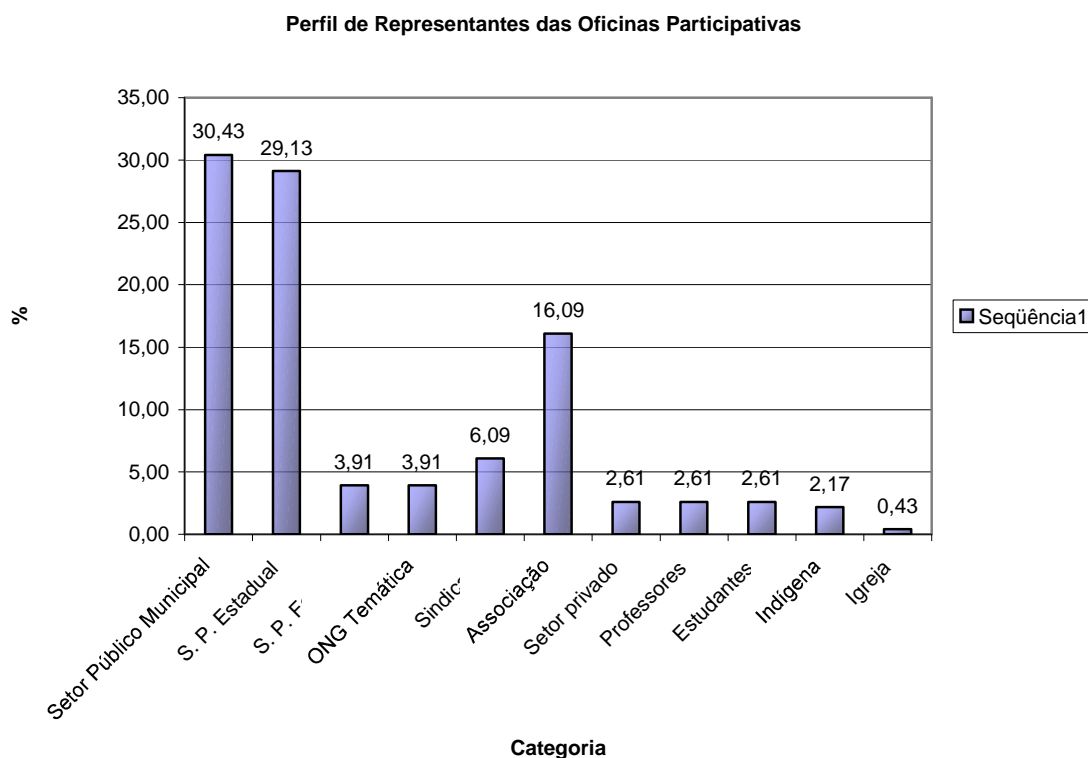
As categorias definidas de organizações e participantes presentes nas Oficinas Participativas foram as seguintes:

1. Setor Público Municipal, inclui todos tipos de integrantes ligados ao governo municipal, em termos de representantes seriam secretários, gerentes ou vereadores, representados seriam funcionários públicos locais.
2. Setor Público Estadual, membros de órgãos de governo estadual ou funcionários públicos estaduais.
3. Setor Público Federal, membros de órgãos de governo federal, como IBAMA ou INCRA, ou funcionários públicos federais.
4. Organização Não-Governamental Temática, grupos de atuação em termos temáticos, ex. de área de preservação de meio-ambiente, de juventude etc.
5. Sindicato, grupos sindicais formais.
6. Associação, membros de associações geográficas como as de bairro/morador ou da área rural como as de produtores ou cooperativas.

7. Setor privado, empresários, membros de empresas de investimento privado.
8. Professores, integrantes de corpo docente profissional, em geral de nível médio ou superior.
9. Estudantes, membros de escola ou universidade.
10. Grupos Indígenas, pessoas identificadas com grupo de direitos indígenas.
11. Igreja, membros de grupos diretamente apoiados pela religião organizada.
12. Cidadãos, membros da população não associados a grupo organizado, somente presente na área de representados.

3.2 Perfil de Representantes por Categoria nas Oficinas Participativas

Os números de representantes que participaram das oficinas no Estado inteiro foram separados proporcionalmente por categoria para criar o seguinte gráfico:



Esse primeiro grupo (Representantes) conta com os secretários de governo, autoridades federais, lideranças de movimentos, presidentes de associações, diretores de escolas e outros gerentes. Como se trata de representantes não conta com a presença de cidadãos comuns.

Acima de tudo tem uma participação alta dos governantes municipais e estaduais, isso demonstra que o processo tem apoio do governo local e garante que o debate inclua pessoas responsáveis pelo planejamento orçamentário e finalmente que as decisões sejam recebidas pelos governantes locais. Mas em contrapartida oferece a possibilidade de que os projetos de governo existentes possam ser oferecidos como soluções pré-existentes para os problemas, ou mesmo possa levar os outros participantes a se sentirem intimidados pela forte presença do governo.

Além da presença de membros do governo local e estadual, as Oficinas Participativas de Representantes contaram com a forte presença de membros de associações e sindicatos. Esses dois tipos de grupo não-governamental são altamente organizados e tem uma presença local muito forte. A sua presença indica que a população mais organizada está bem disposto a essa forma de reunião e que esses grupos tem uma atuação forte que pode garantir que suas prioridades sejam aceitas. Outro ponto a ser levantado é que esses grupos já podem ser visto como representativo de populações grandes, mas não é possível quantificar o seu alcance com mais detalhes.

Talvez seja surpreendente que os grupos de Organizações Não Governamentais Temáticas, como meio-ambiente ou direitos humanos e a categoria Indígena não tenham mais destaque na área de representantes, já que os assuntos levantados por esses grupos são vistos como prioridade pelo atual governo. Seria possível que tais grupos não sentem que o ZEE seja o formato mais relevante para suas demandas ou mesmo que eles não foram suficientemente avisados das Oficinas.

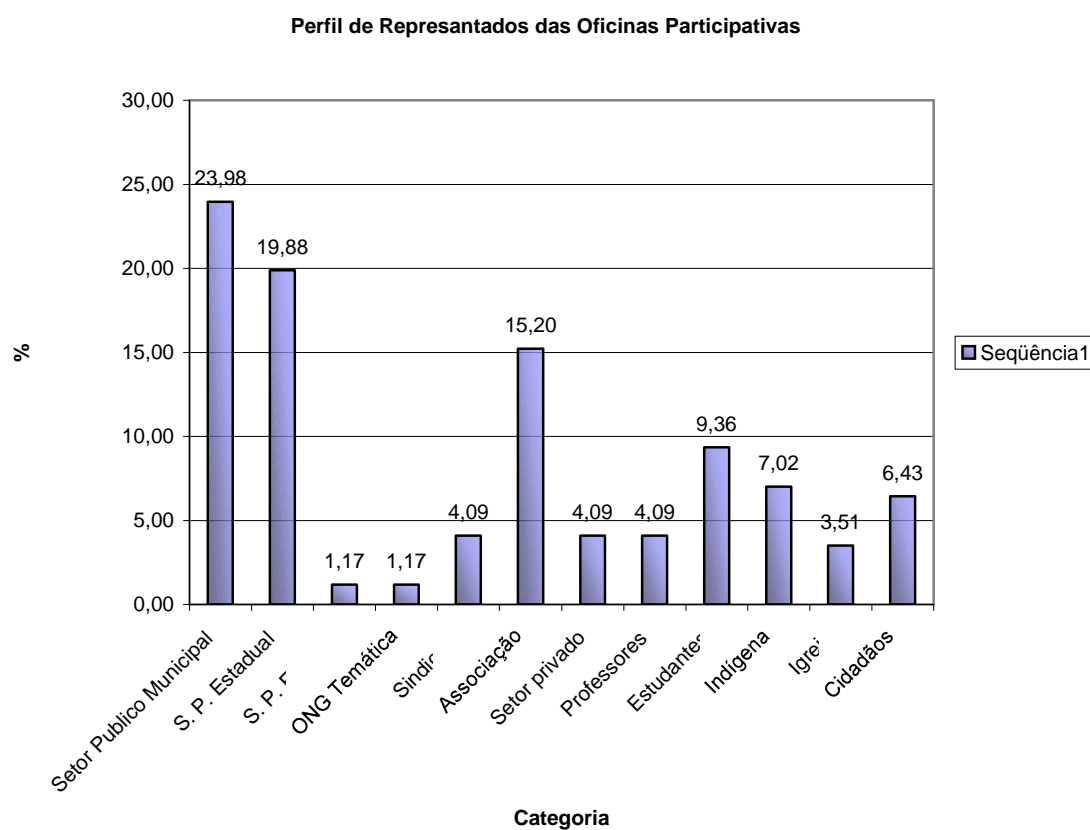
O setor privado, que seria uma área com forte interesse na importância de desenvolver um planejamento sustentável, também não teve uma participação muito alta. Talvez esse grupo não tenha muita crença nesse tipo de processo pela falta de experiência em processos participativos, mas esse baixo nível de participação dificulta a aceitação do processo por

esse grupo. Futuros trabalhos de Zoneamento poderiam tratar dessa questão e tentar aumentar a participação de grupos de setor privado.

Os grupos ligados à educação e à igreja não estão altamente presentes no grupo de representantes, mas esse baixo índice pode ser devido ao fato que a maioria dos integrantes dessas áreas participaram como representados.

3.3 Perfil de Representados por Categoria nas Oficinas Participativas

Os números de representados que participaram das oficinas no Estado inteiro foram separados proporcionalmente por categoria para criar o seguinte gráfico:



Nesse segundo tipo de Oficina, de Representados, os grupos de governo municipal e estadual continuaram a ter uma forte presença. Essa situação foi resultado do fato que os Representados apresentaram um espelho dos Representantes. Mesmo assim a proporção de

membros de governo é menor nessas Oficinas (6% menos para o Setor Público Municipal e quase 10% menos para o Setor Público Estadual).

A presença de associações de moradores ou de produtores continuou no mesmo patamar que das Oficinas de representantes, o que sugere que esses grupos estavam engajados com o processo e realmente compareceram como Representantes e Representados.

As categorias que mais aumentaram foram os Estudantes e grupos Indígenas, isso demonstra que essas categorias tinham poucos Representantes, mas os membros normais se interessaram para aparecer como Representados. As categorias de Professores e grupos religiosos (Igreja) também subiram na área de Representados, mas continuam a ter uma proporção total baixa. Esses aumentos podem sugerir que grupos ligados a direitos de educação, religião e direitos indígenas valorizaram o processo e investiram tempo porque sentiram que teria um efeito na situação de seu Estado.

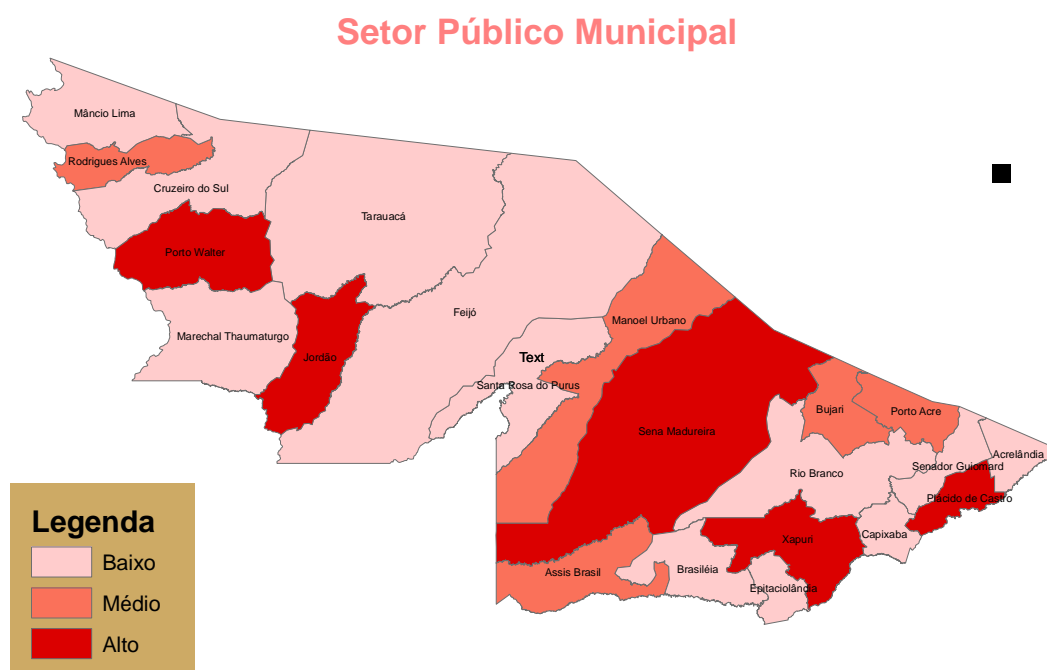
Além dessas categorias, os cidadãos comuns participaram de forma proporcionalmente alta. É interessante que esses grupos tiveram tanta presença enquanto as categorias de ONG Temática e Sindicato diminuíram. Já que os cidadãos comuns ficaram sabendo das reuniões, é mais difícil de argumentar que as datas e locais de reuniões foram pouco anunciadas, em vez disso talvez as ONGs Temáticas e Sindicatos tiveram uma presença predominante de líderes, mas menos envolvimento de membros normais.

Finalmente o Setor Privado continuou baixo, mesmo entre os Representados que seriam os comerciantes normais e não líderes, por exemplo, de câmaras de comércio. Isso parece surpreendente, já que esse setor é relativamente abrangente e inclui muitas áreas de atuação em todos os municípios. Novamente seria importante considerar para futuras reuniões, como expandir a participação de grupos de Setor Privado para garantir uma representatividade ainda mais completa nas Oficinas.

4. Mapas de participação proporcional por Categoria nas Oficinas de Representantes

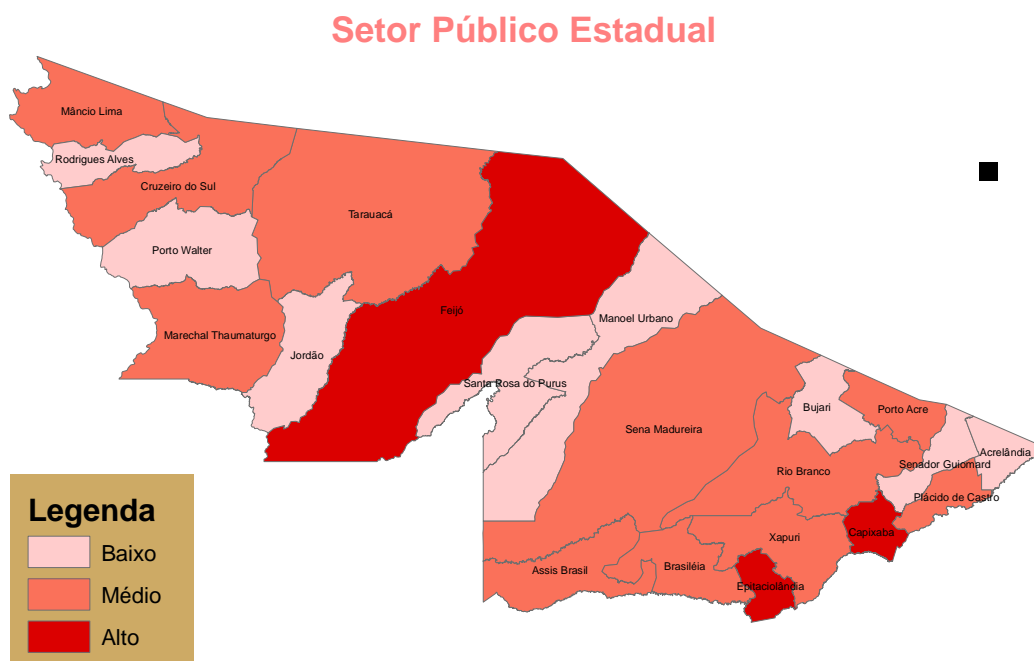
Os seguintes mapas demonstram quais municípios tiveram participação de proporção alta, média ou baixa por cada categoria de participantes nas Oficinas de Representantes.

4.1 Mapa de participação proporcional do Setor Público Municipal



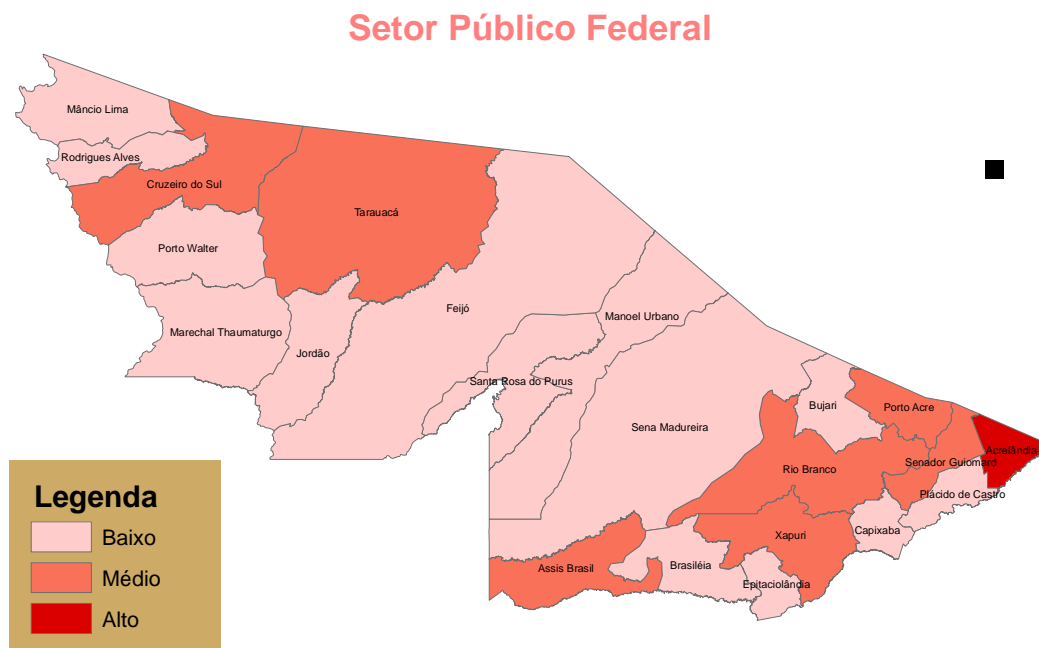
Esse mapa demonstra que as áreas de Xapuri, Sena Madureira, Plácido de Castro, Jordão e Porto Walter tiveram mais participação de grupos de governo municipal.

4.2 Mapa de participação proporcional do Setor Público Estadual



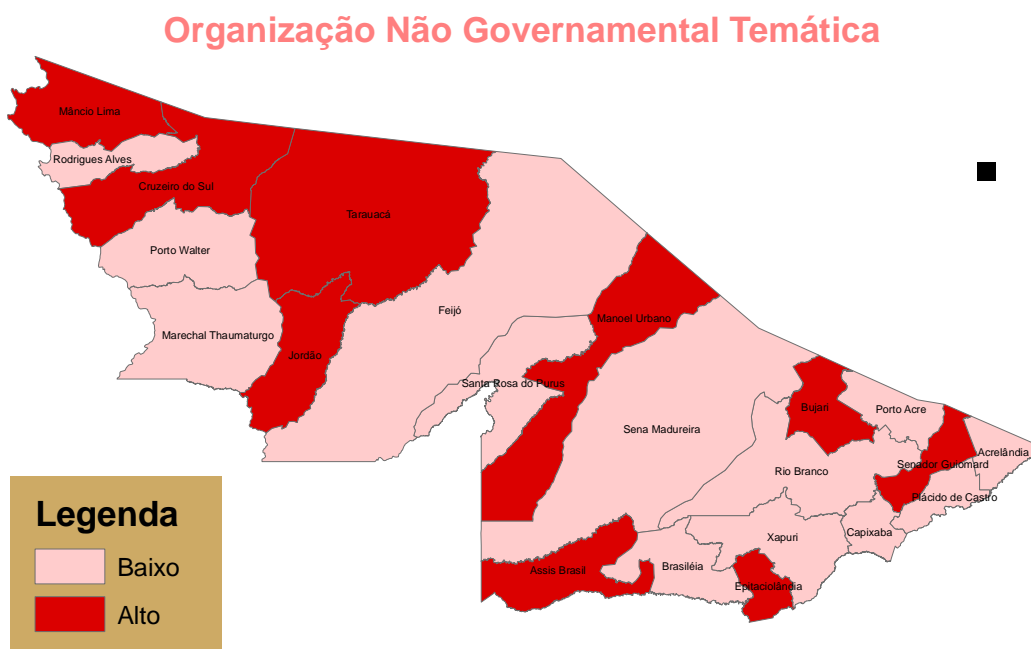
Esse mapa mostra claramente que Feijó, Capixaba e Epitaciolândia tiveram maior participação de grupos de representantes do governo estadual.

4.3 Mapa de participação proporcional do Setor Público Federal



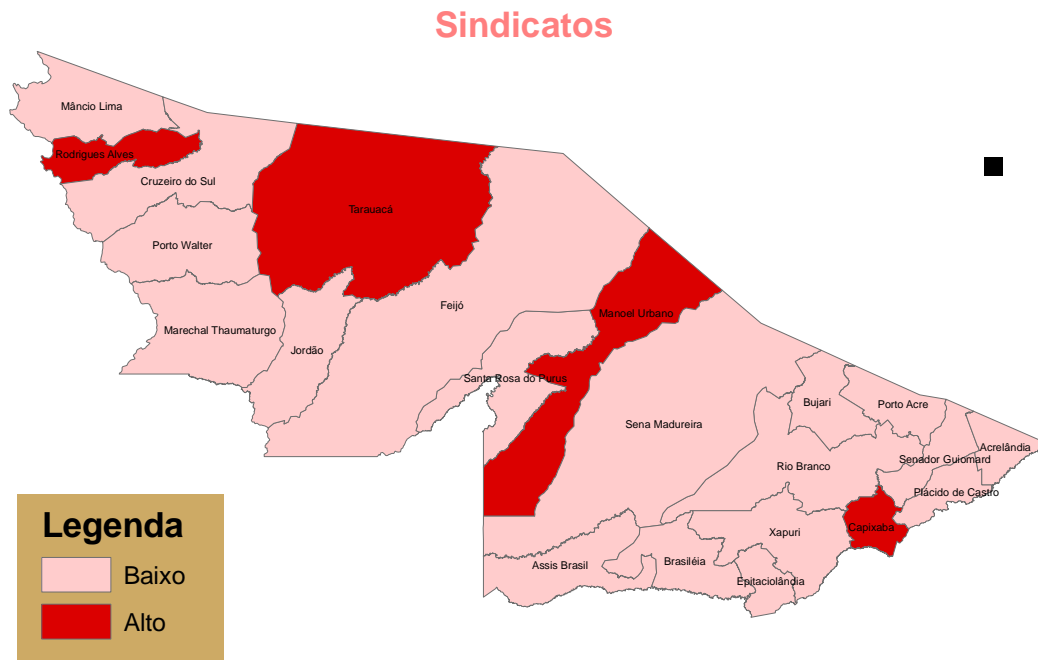
Esse mapa demonstra que somente Acrelândia teve uma alta participação de Representantes do governo Federal, talvez pela presença do INCRA em novos assentamentos.

4.4 Mapa de participação proporcional de Organizações Não Governamentais Temáticas

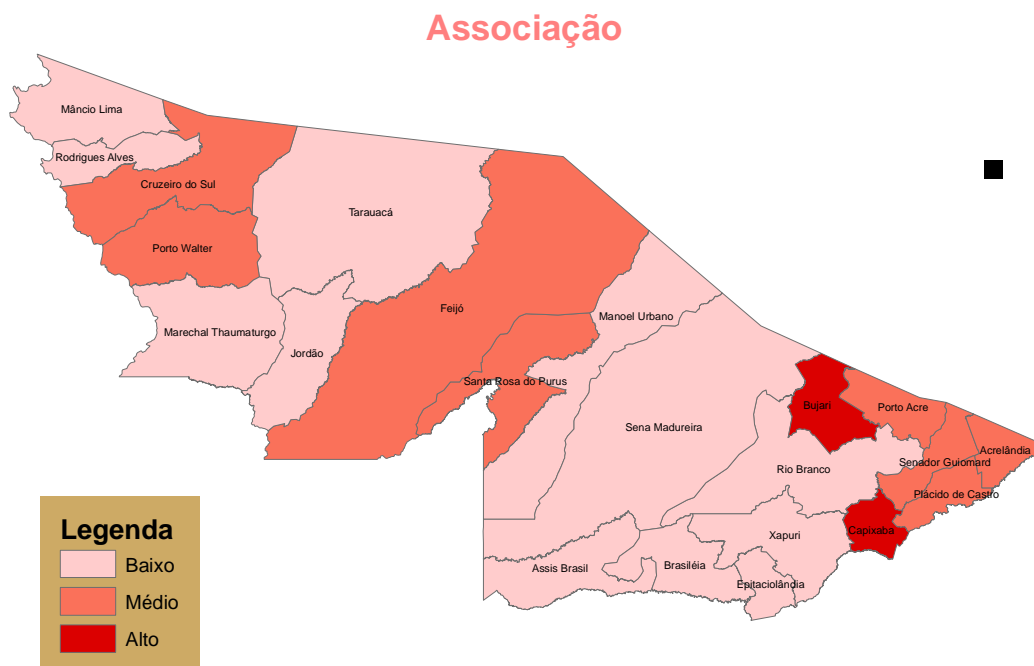


Os números totais de ONGs Temáticas em cada município são baixos, porque muitas vezes esses grupos atuam de forma estadual e não têm representantes em todos os municípios. Como resultado sua participação foi relativamente baixo, então não foi possível criar três níveis de participação, somente Baixo e Alto. O Alto aqui corresponde ao Médio dos outros mapas. Talvez seja surpreendente que a presença de tais grupos foi baixo em Rio Branco e a maior parte do Vale do Acre.

4.5 Mapa de participação proporcional de Sindicatos

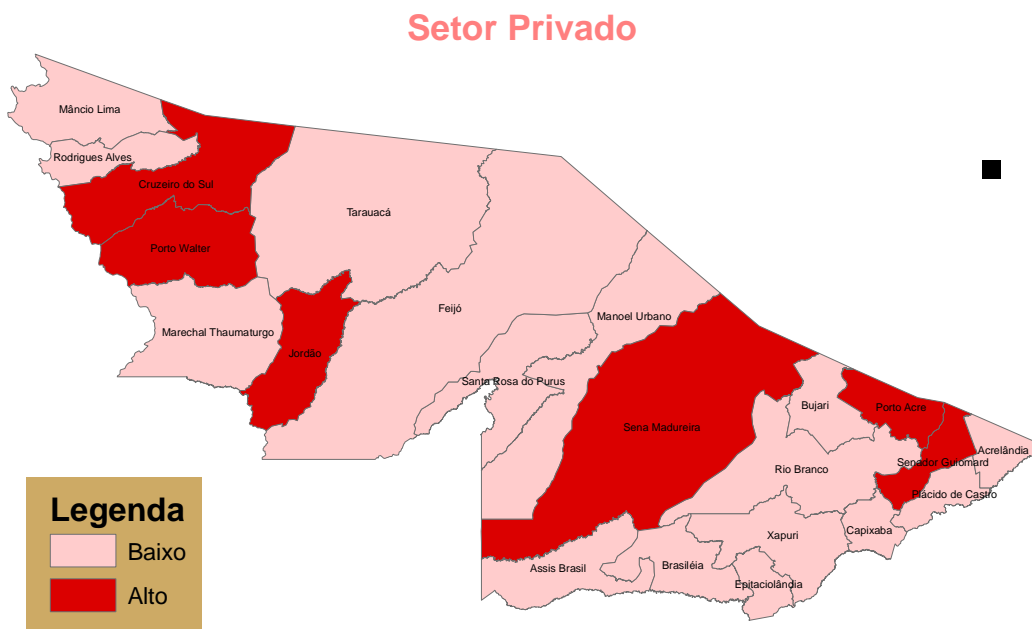


4.6 Mapa de participação proporcional de Associações



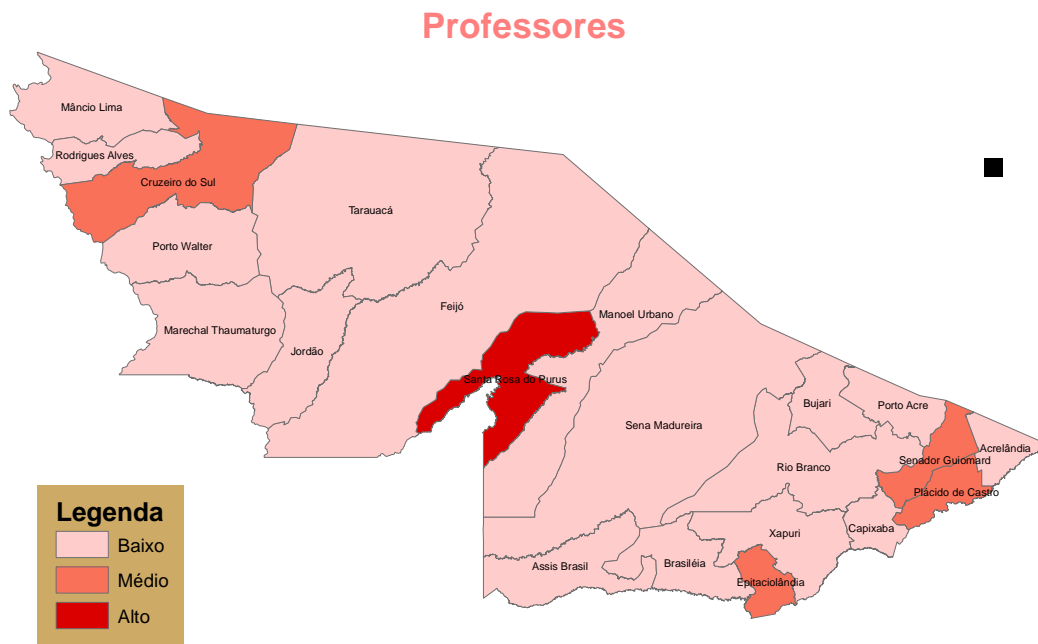
Esse mapa demonstra que as Associações de moradores e produtores foram mais ativas em Bujari e Capixaba, e que tiveram boa atuação em diversos municípios.

4.7 Mapa de participação proporcional de Setor Privado

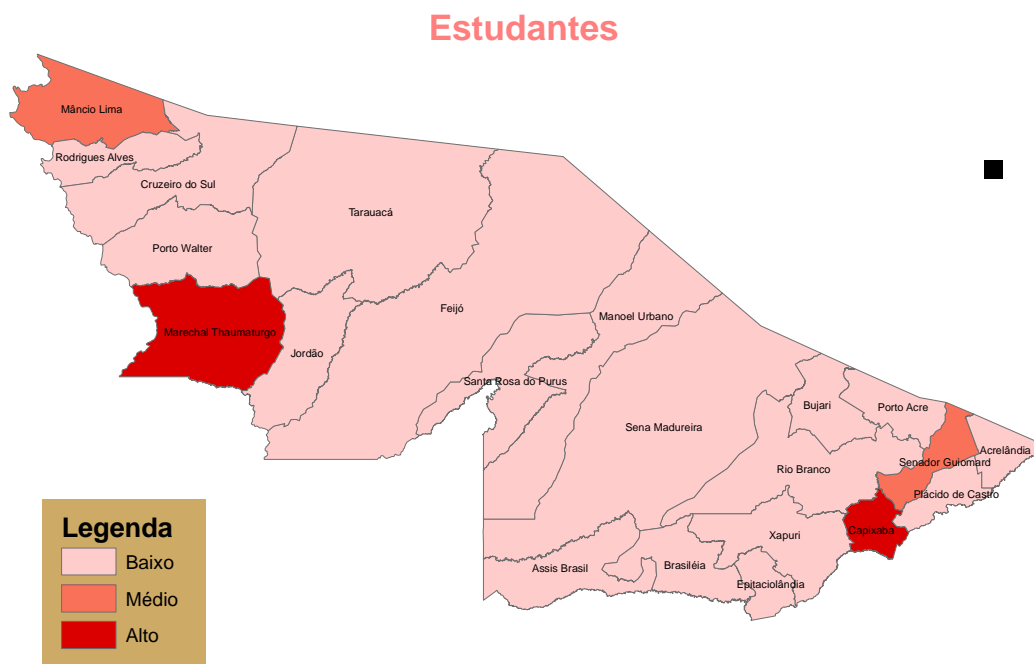


O Setor Privado teve uma participação baixa, então não foi possível criar um índice com três níveis, como as ONGs Temáticas. A sua participação foi concentrada em certos municípios como Senador Guiomard, Porto Acre, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

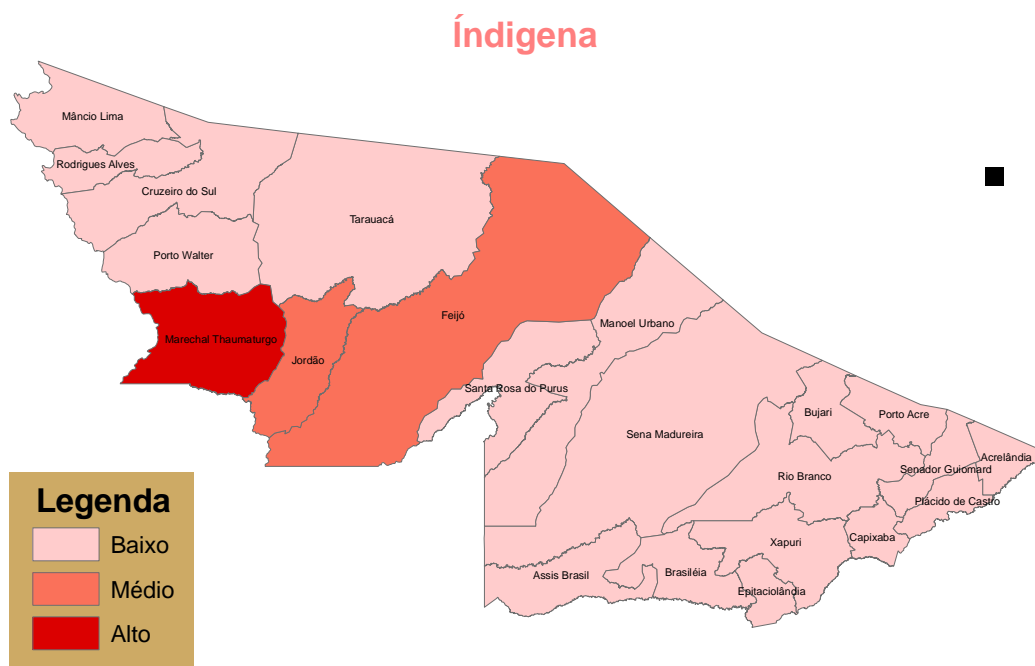
4.8 Mapa de participação proporcional de Professores



4.9 Mapa de participação proporcional de Estudantes

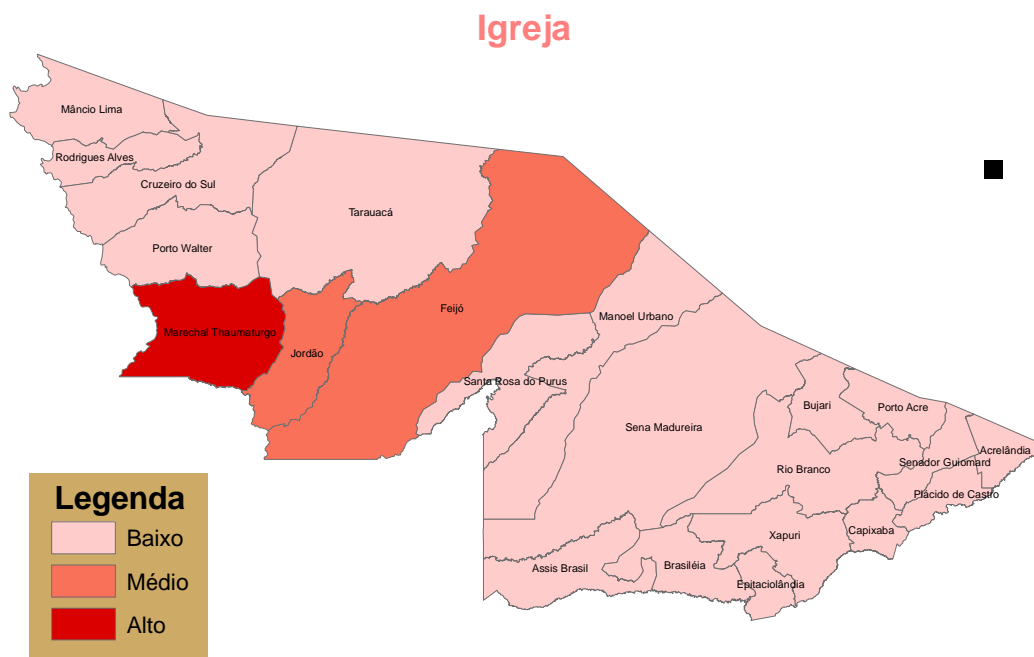


4.10 Mapa de participação proporcional de Grupos Indígenas



Esse mapa demonstra que o municípios de Marechal Thaumaturgo teve maior participação de representantes indígenas seguido de Feijó e Jordão. Isso talvez seja devido a alta organização de grupos nessas áreas, o primeiro município conta com os Asheninka e os segundos dois com a presença de Kaxinawá, duas etnias com altos índices de associativismo.

4.11 Mapa de participação proporcional de Grupos de Igreja



5. Notas de Conclusão

O Acre está passando por um forte processo de evolução de mecanismos participativos, desde o Orçamento Participativo, incluindo vários conselhos e fóruns participativos, até o programa estadual de Zoneamento Ecológico – Econômico. Esse processo se insere no debate teórico de definições de democracia, principalmente na mudança que acontece em todo o Brasil para maior inclusão de atores da sociedade civil no processo decisório da chamada *democracia participativa*.

A participação da população tem sido maior e mais sofisticada na Fase II do que era na Fase I. Existiu muito apoio para a participação no eixo Cultural Político e as suas reuniões contaram com uma metodologia mais complexa, incluindo elementos de ZOPP e hierarquização no seu formato de grupo focal, para poder dar espaço para um debate semi-estruturado com possibilidades de quantificar os resultados para mapeamento. Dessa forma os mapas de Zoneamento são baseados diretamente na visão de problemas e soluções prioritárias, que foram propostas nas oficinas.

Em termos de participantes nessas reuniões, é notável que os grupos de setor público, Municipal e Estadual, foram os participantes mais numerosos tanto em Representantes quanto em Representados, o que mostra que o governo apóia o processo de forma local e estadual mas pode levar os resultados a serem muito focalizados nos projetos de governo. Nos dois tipos de Oficina, as associações de moradores ou produtores também tiveram uma forte atuação, o que demonstra que eles valorizaram o processo e que tiveram a possibilidade de reivindicar suas demandas. Em contra-partida o setor privado não compareceu de forma numerosa, como já foi dito isso pode ter origem numa descrença por parte do setor privado, mas tem a influencia de reduzir a possibilidade de tais grupos fazerem suas demandas e assim de diminuir ainda mais a credibilidade do processo entre tais grupos. Nas Oficinas de Representados os grupos de estudante, indígena e cidadão comum formaram uma presença proporcionalmente alta, o que sugere que houve uma boa comunicação de informação sobre as Oficinas para o público e que esses grupos puderam levantar suas demandas. A participação de ONGs temáticas foi relativamente baixa, talvez pelo fato que esses grupos atuam de forma estadual e não contam com muita representação nos municípios. A cidade de Rio Branco teve índices diferentes de muitos municípios,

porque não teve grandes concentrações de extremos de participação. A representação em Rio Branco foi abrangente, mas relativamente baixa em comparação com municípios mais distantes, talvez porque as pessoas se sentem mais consultadas de várias formas em Rio Branco, então não valorizaram tanto esse processo.

Esse processo constitui uma forma bem pensada de efetuar decisões e criar um planejamento para os investimentos de governo estadual num formato altamente participativo. Baseado em processos anteriores do nível municipal (como o Orçamento Participativo), o fato do ZEE Fase II ser um processo *estadual* de inclusão de atores de sociedade civil no processo decisório define um marco na construção de uma democracia participativa e deve servir como ponto de comparação para outros praticantes que querem levar os processos participativos do nível municipal para o nível estadual.

Apêndice I: Oficinas Participativas por Municípios, Datas e Locais

1. Acrelândia - 29 de Novembro 2005 - Câmara Municipal
2. Assis Brasil - 06 de dezembro de 2005 - Centro Paroquial Paz e Bem
3. Brasiléia - 08 de Dezembro de 2005 - Núcleo da Universidade Federal do Acre
4. Bujari – 16 de Agosto de 2005 – Centro Paroquial São João Batista
5. Capixaba – 25 de Agosto de 2005 – Centro Paroquial de Capixaba
6. Cruzeiro do Sul - 27 de Setembro de 2005 - Auditório da Secretária de Educação
7. Epitaciolândia - 09 de Dezembro de 2005 - Escola Municipal Joana Ribeiro Amed
8. Feijó – 23 de Setembro de 2005 – Centro Paroquial
9. Jordão – 04 de Janeiro de 2006 – Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel Gomes de Farias
10. Mâncio Lima - 13 de dezembro de 2005 - Escola Belarmino de Mendonça
11. Manuel Urbano – 27 de Setembro de 2005 – Câmara Municipal
12. Marechal Thaumaturgo - 06 de Janeiro de 2006 - Câmara Municipal do município
13. Plácido de Castro - 09 de Novembro de 2005 - Câmara Municipal
14. Porto Acre – 22 de Agosto de 2005 –
15. Porto Walter - 04 de Janeiro de 2006 - Escola Estadual Borges de Aquino
16. Rio Branco – 09 de Março de 2006 – Mira Shopping
17. Rodrigues Alves - 12 de dezembro de 2005 - Centro Paroquial
18. Senador Guiomar – 24 de Agosto de 2005 – Centro Paroquial
19. Santa rosa do Purus - 03 de Janeiro de 2006 - Escola de Ensino Fundamental Dr. Celso Gomes Salgado
20. Sena Madureira - 27 de outubro de 2005 - Núcleo da Universidade Federal do Acre
21. Tarauacá – 22 de Setembro de 2005 – Auditório do IDAF
22. Xapurí - 02 de dezembro de 2005 - Museu Casa Branca (Grupo Focal de Representados)
23. Xapurí – 15 de Fevereiro de 2006 – Museu Casa Branca (Grupo Focal de Representantes)

Apêndice II: Números totais de Participantes

i. Numero total de participantes por categoria

Categoria	Representantes	Representados
Setor Publico Municipal	70	41
S. P. Estadual	67	34
S. P. Federal	9	2
ONG Temática	9	2
Sindicato	14	7
Associação	37	26
Setor privado	6	7
Professores	6	7
Estudantes	6	16
Indígena	5	12
Igreja	1	6
Cidadãos	0	11
Total	230	171

ii. Numero total de participantes por município

Município	Representantes	Representados	Total
1. Acrelândia	10	5	15
2. Assis Brasil	10	9	19
3. Brasiléia	5	8	13
4. Bujari	12	5	17
5. Capixaba	17	6	23
6. Cruzeiro do Sul	11	5	16
7. Epitaciolândia	10	11	21
8. Feijó	11	0	11
9. Jordão	14	14	28
10. Mâncio Lima	8	6	14
11. Manuel Urbano	7	7	14
12. Marechal Thaumaturgo	10	12	22
13. Plácido de Castro	14	10	24
14. Porto Acre	11	8	19
15. Porto Walter	13	6	19
16. Rio Branco	5	5	10
17. Rodrigues Alves	9	10	19
18. Senador Guiomard	8	6	14
19. Santa Rosa do Purus	12	10	22
20. Sena Madureira	10	10	20
21. Tarauacá	11	6	11
22. Xapuri	12	12	24
Total	230	171	401

Obs: este número corresponde apenas ao número de hierarquização. O percentual de participantes foi ainda maior, com cerca de 470 pessoas. Algumas delas não chegaram a hierarquizar.